

# Carência para dívida interna

por Antônio Gutierrez  
de São Paulo

Os empresários devem levar ao Congresso uma proposta de "carência" dos pagamentos das dívidas externa e interna. Essa sugestão deve fazer parte do conjunto de medidas que um grupo de empresários está preparando para enviar ao Legislativo como contribuição para a montagem de um plano emergencial que afaste os riscos de hiperinflação e de crise política, pelo menos até a posse do novo presidente.

Esse assunto foi discutido e ganhou apoio expressivo dos oitenta maiores empresários do País, que na última quinta-feira se reuniram em São Paulo para discutir a crise brasileira, segundo informações do primeiro vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Carlos Eduardo Moreira Ferreira. A questão não foi debatida na reunião de ontem da diretoria da FIESP e também não estava incluída no documento preparado pelo economista Luiz Paulo Rosenberg que assessora os empresários.

"Há uma clara consciência



**Carlos Eduardo Moreira Ferreira**

entre os empresários de que a dívida externa, do jeito que está, não dá para ser paga. E uma carência na dívida externa deve ser combinada com alguma carência na dívida interna", disse Moreira Ferreira. Ele observou que a classe empresarial começa a reconhecer que o governo não está conseguindo pagar sua dívida. "Apenas para o setor elétrico, o governo deve NCz\$ 20 bilhões", exemplificou.

Moreira Ferreira evitou usar o termo "moratória" para a proposta de suspensão do pagamento das dívidas exter-

na e interna. "Ninguém é favorável a uma moratória unilateral, mas a uma solução negociada", afirmou. Ele não deu detalhes da forma como essa sugestão será colocada para as lideranças do Congresso.

Nesta quarta-feira, uma comissão de oito empresários deve reunir-se com Rosemberg e com o ex-presidente do Banco Central (BC), Fernão Bracher (que participaram do encontro da semana passada com análises técnicas), para definir o documento com a posição dos empresários. Esse documento será encaminhado ao Congresso na próxima quinta-feira e deve incluir outros pontos relacionados às políticas salarial, cambial, tributária e de preços.

Até ontem, os empresários aguardavam a definição do governo em relação à política salarial para definir uma posição a respeito. Moreira Ferreira reafirmou a idéia de "manter o poder de compra do trabalhador". Dependendo das regras salariais sugeridas pelo governo, os empresários devem propor uma política salarial com reajustes bimestrais, adiantou.